



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
CGPLAM/DLOG
SERVIÇO DE CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

NOTA TÉCNICA

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de processo para aquisição de acessórios táticos policiais, a fim de compor um Kit Policial para atender as necessidades dos servidores da Polícia Federal.
2. Após a publicação do Edital, no prazo legal, algumas empresas que apresentaram os pedidos de impugnação e esclarecimento;
3. Considerando o encaminhamento dos Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações - relacionados no SEI (21021276) - por parte de Empresas interessadas no Pregão Eletrônico nº 31/2021, publicados conforme extratos de inclusão da licitação e de publicação (20626920 e 20647279);
4. Foi sugerida e acatada a decisão de suspensão da sessão pública agendada, conforme Despachos SEI nºs 20774908, 20777086, 20777573, 20789327 e 20778277.

DESENVOLVIMENTO

5. A partir de então, foram cuidadosamente analisados pela equipe de planejamento da contratação os pedidos de impugnação e esclarecimento:
6. As respostas serão apresentadas por itens, separando os questionamentos por empresas dentro de cada item:

6.1. LANTERNA TÁTICA E PORTA LANTERNA:

a) *A Empresa AVB do Brasil* solicita impugnação do certame, tendo em vista às seguintes indagações e posicionamentos:

- Pedimos que esse ponto seja avaliado e que seja definido a classificação correta de resistência à água para este item. Ao permitir resistência a água IPX5, corre-se o risco de receberem um equipamento que não condiz com as necessidades tático operacionais da Polícia Federal, para tanto solicitamos um mínimo de resistência a água IPX7.

Resposta da EPC: A equipe de planejamento e contratação é multidisciplinar, bem como a Polícia Federal não afasta sugestões de parceiros ou Instituições congêneres. Entretanto, a opinião de modificação acima apresentada, atualmente, não se faz necessária em face das características operacionais e táticas de nossa Instituição. O teste do equipamento foi revisto pela equipe e alterado no Termo de Referência.

- Ao solicitar "proteção contra ativação acidental", não está claro como seria esse sistema de proteção, portanto a Empresa solicita que esse requisito seja retirado do termo de referência.

Resposta da EPC: A equipe de planejamento e contratação entende que esta característica solicitada é imprescindível para manter a discricão e em última instância, a segurança do policial em circunstâncias adversas e inerentes ao nosso mister. Não foi definido um tipo de sistema de proteção contra ativação acidental pois verificamos que existe mais de uma forma de proteção que nos atende no mercado.

- O porta lanterna acoplável a cinto tático e ao colete com sistema modular, essa acoplagem seria como, com passador, com molle, com tiras, solicitamos que seja esclarecido qual sistema será exigido.

Resposta da EPC: A equipe de planejamento e contratação de fato não definiu a forma de fixação entretanto, esta deve ser possível tanto no sistema modular universal do colete balístico, bem como do cinto tático padrão. No caso da fixação em cinto tático, a forma de fixação devem corresponder a um cinto de no mínimo 4 a e no máximo 5 cm de largura. Informa-se ainda que foi revisto o Termo de Referência e seu Anexo I, esclarecendo a forma de fixação.

b) ***A Empresa Primax Distribuidora*** solicita esclarecimentos quanto as seguintes indagações:

- A Empresa coloca que Candelas não estão especificadas. Afirma que o número de Lumens é fundamental para que se possa precificar o bem. Por isso questiona a quantidade de Candelas que são desejadas ou o número de Lumens que a lanterna necessita para a aquisição.

Resposta da EPC: Informa-se que constará do Termo de Referência e anexo de especificação a unidade de fluxo luminoso mínimo são de 500 lúmens, sendo que a Empresa poderá fornecer equipamento com mais de 500 lumens, caso queira.

- Uma outra questão importante e que determina a qualidade do bem, é a respeito do número de série da fabricação. Equipamentos de boa origem de fabricação possuem tal número, já produtos de baixa qualidade não. Por isso questionamos, tal número será exigido?

Resposta da EPC: Esta Equipe de Planejamento da contratação entende que a determinação de exigência de número de série não eliminará a participação de empresas com produtos de baixa qualidade e sim a eventual aplicação de testes e certificados já exigidos.

c) ***A Empresa Invictus*** solicitou impugnação tendo em vista ao seguinte questionamento:

- A especificação técnica dos itens “Lanterna tática e porta-lanterna” estabelece uma potência mínima de 500 lúmens. Neste sentido, lúmens é a unidade de fluxo luminoso no SI (Sistema internacional de Medidas). A unidade de potência é o Watts. Assim, o correto seria alterar a especificação para fluxo luminoso mínimo, ao invés de “potência mínima”.

Resposta da EPC: O Termo de Referência e anexo de especificação foram revistos e especificação foi alterada para "fluxo luminoso mínimo", conforme sugerido.

- A Empresa coloca que no edital é exigido laudo, contudo não faz menção à norma de referência, que neste caso seria: IES LM 79-08. Do mesmo modo, é exigido laudo para Classificação IP, contudo não há norma mencionada, que neste caso seria: ANBT NBR IEC 60529/2017.

Resposta da EPC: Informamos que deve ser apresentado laudo ou certificado, que conste o atendimento da norma ANBT NBR IEC 60529/2017, com classificação mínima IPX5. O Termo de Referência foi revisto e a sugestão de inclusão da norma foi acatada pela equipe.

6.2. COLDRE VELADO E PORTA CARREGADOR:

a) *A Empresa MD Comércio* de Materiais de Segurança:

- Requer esclarecimentos sobre a base ou os estudos para a determinação da classificação UL 94 V-0 para os testes de flamabilidade:

Resposta da EPC: A determinação da classificação desejável foi com base na necessidade do policial em utilizar um equipamento que não só sustente a pistola no corpo como também que reduza os danos, tanto ao usuário quanto ao armamento no coldre, em caso de eventual combustão. O material desejável, por óbvio, não deve ser um meio de ignição ao fogo nem tão pouco para se propagar chamas.

- Afirma que o termo de referência exige o certificado de flamabilidade como: Classificação UL 94 V-0. O teste trata a respeito da Queimadura vertical UL 94 V-0; onde a queima é interrompida em 10 segundos, onde NÃO são permitidos gotejamentos em chamas. A Empresa esclarece que são poucos os laboratórios no Brasil devidamente acreditados a realizar o teste, o que pode levar a uma redução indevida nas empresas aptas a participarem do certame. Questiona se serão aceitos outros laudos que comprovem o mesmo nível de segurança que o imposto no teste referido?

Resposta da EPC: O termo de Referência foi revisto e foi acatado a possibilidade de aceitação de outros laudos de laboratórios que comprovem o mesmo nível de segurança UL 94 V-0.

- Quanto ao material; o termo de referência especifica o polivinil acrílico comumente conhecido como PVC), (Kydex, Holtex ou Baltoron), contudo, ao contrário do previsto para o porta carregador velado, não expressa aceitação à outro polímero de alta resistência, como exemplo a Poliamida. Hoje, a poliamida é um dos polímeros da mais alta tecnologia utilizados no mercado, inclusive sendo o material utilizado na própria composição das armas da marca GLOCK, conforme laudo técnico anexo. Em vista à garantia do interesse público, e a manutenção da ampla capacidade de concorrência, requer que seja esclarecido se serão aceitos outros polímeros, de igual qualidade ou superiores, além do polivinil acrílico (PVC)?

Resposta da EPC: O Termo de Referência e seu Anexo I foram revistos e serão aceitos como material do coldre velado e porta carregador velado, polímeros de alta resistência.

- Requer o esclarecimento quantos as medidas adotadas como referência de onde elas foram retiradas e por qual motivo foi utilizado o sistema métrico inglês (polegadas), e não o sistema métrico adotado no Brasil (centímetros)?

Resposta da EPC: O Termo de Referência e seu Anexo I foram revistos e todas as medidas foram padronizadas para o Sistema Internacional (métrico), evitando assim qualquer divergência de conversão.

- A Empresa questiona como foi determinada a espessura mínima e máxima do material.

Resposta da EPC: Em instruções de tiro, tanto como em Cursos assim como em treinamentos ordinários, o SAT (Serviço de Armamento e Tiro) da Academia Nacional de Polícia observou que a espessura do material interfere na sua capacidade de dissimulação em diferentes tipos de vestimentas. Dentre os coldres de diferentes marcas utilizados nos treinamentos, a melhor espessura para dissimulação, sem perder os demais requisitos, foram medidas em torno de 2 mm. Foi revisto o Termo de Referência e seu Anexo I, a medida de espessura foi revista para 0,3 centímetros com 10% de margem de tolerância.

- A Empresa questiona como foi determinada a margem de erro utilizada pela administração.

Resposta da EPC: Foram revistos o Termo de Referência e seu Anexo I em que todas as medidas foram padronizadas para o Sistema Internacional (métrico), evitando assim qualquer divergência de conversão.

- A Empresa pergunta sobre qual será o equipamento utilizado para fazer a aferição da espessura do material entregue.

Resposta da EPC: Será utilizado um paquímetro digital, devidamente aferido. Serão tomadas três (3) medidas e o resultado será a média ponderada destas.

- Quanto ao Clip de fixação, a Empresa indaga se poderá ser utilizado outro material além de aço.

Resposta da EPC: Não será aceito outro material para clip de fixação. Em instruções de tiro, tanto em Cursos assim como em treinamentos ordinários, o Serviço de Armamento e Tiro-SAT- da Academia Nacional de Polícia tem diagnosticado que o uso de coldres velados com clip em polímero tem se apresentado com menor resistência em comparação àqueles com cliques em aço.

- A Empresa requer esclarecimento se o Clip de fixação deverá ter regulagem de altura em relação ao coldre.

Resposta da EPC: Sim, deverá possuir regulagem de altura.

- A Empresa requer o esclarecimento se o Clip de fixação deverá ter regulagem de “rotação” em relação ao coldre, permitindo que se eixo fique reto ou angulado, em relação ao coldre e qual seria o grau de angulação que ele deve atingir.

Resposta da EPC: Sim, deverá possuir regulagem de rotação, com rotação máxima de 30º graus.

- A Empresa requer que seja esclarecido se os coldres ofertados poderão ter as mesmas medidas para as três armas.

Resposta da EPC: Não é possível a justaposição dos 3 diferentes modelos de pistola com formatos universais de coldre. Devem ter tamanhos específicos para cada modelo de pistola de forma, acompanhando a variação do tamanho do ferrolho.

- Observa-se no descritivo do “Coldre Velado/Discreto” o seguinte texto: “Obs: Para os demais modelos de pistolas utilizados na Polícia Federal, ou seja, pistolas Glock 9 mm G17 e G26, deverão ser realizados os ajustes proporcionais necessários das medidas acima definidas”. Contudo, em atendimento ao princípio do Julgamento Objetivo Previsto no art. 3º, "caput", bem como no art. 44, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/1993, requer a esta administração que esclareça exatamente quais serão as medidas aceitas para as pistolas Glock 9mm G17 e G26.

Resposta da EPC: O Termo de Referência e seu Anexo I foram revistos com medidas de referência por modelo de pistola, todavia os coldres devem ter tamanhos para ajuste perfeito em cada modelo de pistola, acompanhando a variação do tamanho de ferrolho.

b) **A Empresa AVB do Brasil** solicita impugnação do edital tendo em vista as seguintes indagações:

- Ao mencionar as marcas Kydex, Holstex e Baltoron para um polivinil acrílico, que são marcas registradas de Termoplásticos está sendo infringida o Art. 15 da Lei 8.666/93. Tanto é verdade que no Item 6 Porta Carregador Velado está corretamente assim descrito: c) Material de Kydex ou outro polímero de alta resistência. Portanto, solicitamos a exclusão do termo Kydex, e a inserção de, o corpo do coldre, deverá ser fabricado em polímero de alta resistência, ou superiores.

Resposta da EPC: O Termo de Referência e seu Anexo I foram revistos e serão aceitos como material do coldre velado e porta carregador velado, polímeros de alta resistência.

- Ademais o Anexo I no item 5 especifica o modelo de clip a ser usado “modelo FLUSH” o que deixa vago pois se trata de uma designação comum em construções artesanais de coldres. Pedimos que seja descrito o clip conforme o descrito no item 6 “Clipe em aço tratado termicamente”.

Resposta da EPC: Esta equipe de planejamento da contratação fez a revisão do Termo de Referência e seu Anexo I, e utilizou a mesma nomenclatura para o clip em ambos os itens do coldre velado e porta carregador velado.

c) **A Empresa Invictus** solicitou impugnação do certame devido ao seguinte questionamento:

- A especificação técnica do item “Coldre Velado” estabelece o que o peso do objeto deveria ser e aproximadamente 90g, podendo chegar ao máximo de 105g. Contudo, para atender as especificações de material e espessura do coldre e do clipe, e somando-se a eles os pesos dos componentes como porcas e parafusos, o peso mínimo possível para o conjunto montado é de 115g, independente da marca do fabricante. Ocorre que, caso eventualmente alguma empresa atenda ao peso máximo estabelecido no Termo de Referência, entendemos que certamente haverá uma restrição à competitividade, posto que grande parte das marcas disponíveis no mercado não atendem a esta especificação. Desta forma, considerando que não haveria prejuízo à aplicação/utilização do item em referência, caso o valor de peso exceda uma faixa de até 30 gramas do valor especificado, tal requisito deveria ser objeto de revisão, para que não haja qualquer restrição indevida, em razão de critério irrelevante.

Resposta da EPC: O Termo de Referência e Anexo I de especificações foi revisto conforme sugestão da Empresa, definindo o peso máximo permitido para 150 gramas.

6.3. ALGEMAS

a) **O grupo Miguel Hernandez:**

- Solicita esclarecimentos no que concerne a especificação das algemas que no edital o material de liga AISI 1020 contradiz com o material da algema em aço inoxidável

Resposta da EPC: O Termo de Referência e seu Anexo I foram revistos e especificação retificada.

b) **A Empresa Algemas do Brasil** solicita impugnação do Edital tendo em vista as seguintes indagações:

- Questiona o material da Algema especificado como sendo de aço inoxidável AISI 1020, cuja composição do material é descrita de forma contraditória.

Resposta da EPC: O Termo de Referência e seu Anexo I foram revistos e especificação retificada.

- A Empresa afirma que o certame está sendo direcionado para uma única marca fabricante.

Resposta da EPC: O entendimento da licitante está equivocado, tendo em vista que características apresentadas no termo de referências contemplam mais de um fornecedor que atenda aos requisitos especificados, visto nos resultados obtidos por meio da ampla pesquisa de mercado, de acordo com a Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 e Portaria 119/2021 do Ministério da Justiça, o que pode ser verificado nos

critérios metodológicos utilizados nas Planilhas 1 (21063895), 2 (21063909), 3 (21063921), 4 (21063932) e 5 (21063947) do mapa de preços: Média, Desvio Padrão, Limite Superior e Limite Inferior, gerando a Exequibilidade dos Preços pesquisados, acompanhado de sua Análise Crítica (21064913). Todo o processo, desde seu início, teve com base a pesquisa de mercado, buscando-se sempre a materialização do princípio da isonomia e da ampla concorrência na Licitação Pública (Lei nº 8666/93 e Lei nº 14.133/21). As especificações do item foram novamente revistas no Termo de Referência e seu Anexo I e tomaram robustez com a análise dos questionamentos das Empresas Licitantes.

- Falta da exigência de atestado de capacidade técnica operacional, que exige o inciso II do art. 30 da Lei no 8.666/93, em razão da alta complexidade e recursos despendidos na licitação.

Resposta da EPC: O Termo de Referência foi revisto e incluído o atestado de capacidade para os itens a serem adquiridos, no valor de 10% do quantitativo estimado.

c) **A Empresa AVB do Brasil** solicita impugnação do certame, tendo em vista o questionamento e solicitação:

- As algemas não podem ser de Aço Inox AISI1020 pois AISI 1020 é um aço carbono que não atende as necessidades de resistência desejadas, portanto solicitamos manter somente ALGEMAS EM AÇO INOX. Por ser em Aço Inox elas não poderão ser na cor preta. O peso do Aço Inox de alta qualidade que atenda as necessidades deste edital é maior do que do Aço Carbono AISI 1020, portanto solicitamos alterar para 300 gramas com 20% de tolerância. A Empresa afirma ainda que o laudo de resistência a tração acima de 500Kgf e NIJ são essenciais para constatação das qualidades exigidas e devem ser mantidas, portanto solicita que seja retirada a forma de confecção, como a SOLDAGEM, algemas de uso Profissional Policial podem ser REBITADAS e atender 100% as condições de Resistência a Rupturas e Corrosão.

Resposta da EPC: O peso máximo foi alterado para 250g, com tolerância de 20%. Todavia, esta equipe de planejamento e contratação tem a função de adquirir para o quadro da Polícia Federal equipamentos de qualidade que atendam também a prevenção de patologias em virtude de excesso de peso, seja no uso, seja na portabilidade rotineira em sua cintura. Quanto à presença de rebites, será incluído como alternativa à soldagem, desde que mantidas as condições de ruptura e corrosão previstas na NIJ 0307.01. No que se refere a especificação do material, aço e carbono, foi revisto pela EPC e retificado no Termo de Referência e seu Anexo I.

6.4. PORTA-ALGEMAS, PORTA CARREGADOR DE FUZIL 5.56, PORTA CARREGADOR DE SUBMETRALHADORA MP5 E BOLSO MULTIFUNCIONAL

a) A Empresa Invictus solicita impugnação do certame, tendo em vista a seguinte indagação:

- As especificações técnicas dos itens mencionados acima, estabelecem que o material utilizado para confecção seja "Nylon Cordura 1000". Ocorre que NYLON e CORDURA são marcas/nomes comerciais. Neste caso, o correto seria especificar o material, no caso: Nylon é o nome comercial da Poliamida, Cordura é o nome comercial de um tecido confeccionado em poliamida 6.6. O "1000" se refere ao título do fio, neste caso, a especificação correta seria 1000D (título 1000 em unidade Denier).

Resposta da EPC: Informamos que é aceito pelo mercado a referência do tipo Cordura 1000 para o tecido em poliamida 1000D. Não vislumbramos prejuízo de nenhum produto ou participante em razão da denominação de referência constar cordura 1000. Todavia foi acrescido no Termo de Referência e anexo "tecido em poliamida de densidade linear 1000D" e similar para esclarecer a composição.

6.5. DISTINTIVO POLICIAL

a) **A Empresa Formalta** solicita impugnação do certame tendo em vista a necessidade e a exigência de apresentação dos seguintes documentos pelas empresas participantes do certame:

- Entende-se por correção do ato convocatório a inclusão da exigência de apresentação da licença ambiental válida com GALVANOPLASTIA, nos termos da Resolução CONAMA no 237/1997 e a Licença de Funcionamento (CLF), emitida pela Polícia Federal e Ministério do Exército como documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes.

a. Licença ambiental válida – Licença de Operação (LO) –, emitida em nome do fabricante do produto, conforme artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e art. 2º, caput e § 1º, e Anexo da Resolução CONAMA 237/1997; e

b.1. A licença ambiental supracitada se refere a Licença Ambiental com galvanoplastia, considerando a aderência da referida atividade ao objeto a ser licitado.

c. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal, em atendimento à Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, ao Decreto 4.262, de 10 de junho de 2002 e à Portaria MJSP 240/19, de 12 de março de 2019.

d. Alvará de Produtos Controlados correspondente à(s) atividade(s) do licitante e Certificado de Vistoria, ambos emitidos pela Polícia Civil, se exigível, de acordo com a legislação Estadual relativa ao local de domicílio da empresa.

e. Certificado de Registro de produtos controlados pelo Exército

e. Caso o licitante se caracterize apenas como comerciante, deverá buscar junto ao fabricante do item ofertado a documentação supra mencionada e apresentá-la conforme os termos previstos no Edital.

Resposta da EPC: Para fins destes questionamentos foram encaminhadas assertivas por e-mail do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA ligados ao Ministério do Meio Ambiente (21064997), Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados- DFPC- ligados ao Exército Brasileiro (21065019) e Divisão de Controle de Produtos Químicos-DPCQ- ligados a Polícia Federal (21065028), e as respostas amparam o entendimento desta Equipe que os pedidos de documentos de licenciamento não são obrigatórios para habilitação da empresa no certame pois trata-se de obrigação acessória da empresa a ser contratada visto que estão diretamente relacionados com o objeto a ser adquirido. A adequação da empresa junto a outros entes de regulação e fiscalização é condição necessária para o regular funcionamento da empresa, no caso do fabricante do item Distintivo Policial.

6.6. MOCHILA TÁTICA PRETA

A Empresa Invictus solicita impugnação do Edital tendo em vista ao questionamento:

- A especificação técnica do item “Mochila tática preta” estabelece que o material utilizado para confecção é “material 600D”. Neste caso não há especificação do material, mas tão somente da unidade de título do fio “D”. Seria necessário indicar qual o material utilizado para confecção, bem como qual a norma de referência, uma vez que se exige a apresentação de laudos. No que tange ao material da mochila, as marcas de referências indicadas no Anexo I do TR, são fabricadas em poliéster. Desta forma, como exemplo de requisito, norma e especificação possíveis para este material em específico, podemos citar: Característica: Composição, Norma: AATCC 20 e AATCC 20A, Especificação: 100% poliéster. Dito isto, é possível observar que sem a correção destas informações, torna-se impossível aferir e avaliar de forma OBJETIVA as amostras que serão apresentadas pelos proponentes.

Resposta da EPC: Informamos foram revistos o Termo de Referência e Anexo I de especificações no qual foram incluídos que o tecido da mochila seja de poliéster ou de nylon, com 600D. Quanto à norma de referência sugerida, a presente equipe de planejamento da contratação informa que aceitará, não se limitando apenas a tal padrão, ou seja, laudos que apresentem testes com referência similares serão aceitos.

6.7. TERMO DE REFERÊNCIA

A Empresa Invictus solicita impugnação do certame tendo em vista o seguinte questionamento:

- Ausência de qualificação técnica e capacidade econômica/financeira e de produção das licitantes de acordo com o objeto a ser licitado. A Empresa sugere a solicitação de atestado de capacidade técnica (de 10 a 20% do quantitativo estimado) com fundamento no inciso II, do art. 30 da Lei 8666/93, que comprovem a aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. Não se objetiva restringir a participação de licitantes na presente contratação, mas tão somente garantir que os licitantes proponentes tenham o mínimo de condições para fornecerem o objeto contratado, salvaguardando esta Administração de licitações mal-sucedidas.

Resposta da EPC: Foi revisto pela equipe o Termo de Referência solicitando-se o atestado de capacidade para todos os itens a serem adquiridos (10% do quantitativo estimado).

6.8. CINTO MODULAR OPERACIONAL

A Empresa Invictus solicita impugnação do Edital tendo em vista ao questionamento:

- A especificação técnica do item “Cinto Modular Operacional” estabelece o que sua composição seria de “Tecido 100% poliéster flexível”, requerendo laudo para comprovação deste requisito. Ademais, no edital, é exigido certificado e laudo, contudo não há qualquer menção a norma a ser utilizada. Desta forma, como exemplo de requisito, norma e especificação possíveis para este material em questão, podemos citar:

Característica: Composição

Norma: AATCC 20 e AATCC 20A

Especificação: 100% poliéster

Resposta da EPC: Resposta da EPC:. Informamos que será revisto o Termo de Referência e Anexo I de especificações. Quanto à norma de referência sugerida, a presente equipe de planejamento da contratação também a aceitará, não se limitando apenas a tal padrão, ou seja, laudos que apresentem testes com referência similares serão aceitos.

Após demorada análise, esta EPC decidiu por **excluir o item "Cinto Modular Tático"**, visto que foi recém contratada empresa para fornecimento de "Cinto Operacional", que embora tenham especificações diferentes, podem cumprir as mesmas funções. Esta questão também foi esclarecida na Análise Crítica (21064913).

CONCLUSÃO

6.9. Tendo em vista os pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentados pelas Empresas em relação ao Pregão Eletrônico nº 31/2021 publicados no Diário Oficial da União e no site da Polícia Federal, informa-se que esta equipe respondeu aos questionamentos oriundo das

mesmas. Não se pode olvidar que tais questionamentos, muitas vezes vindo como sugestões, é uma forma colaborativa para o processo. Com os pedidos de esclarecimentos e impugnações sanados, ajustado o Termo de Referência e Anexo com suas atualizações, realização de nova pesquisa de mercado e análise crítica, esta equipe entende pelo prosseguimento do certame.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
ANGÉLICA DUARTE DE AGUIAR Escrivã de Polícia Federal SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF	ADRIANA CRISTINA DE JESUS SOUZA Agente de Polícia Federal SEPLAJ/DPC/CGPLAM/DLOG/PF
JOSÉ LUCIANO AUGUSTO Agente de Polícia Federal SAT/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF	LEONARDO GONÇALVES ESTEVAM Agente de Polícia Federal SEOP/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF
FABIANO EUGÊNIO PINTO Agente de Polícia Federal SEF/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF	FERNANDO ALVES LEMOS Agente de Polícia Federal SEF/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF



Documento assinado eletronicamente por **ANGELICA DUARTE DE AGUIAR, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 22/11/2021, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ALVES LEMOS JUNIOR, Chefe de Serviço**, em 22/11/2021, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA CRISTINA DE JESUS SOUZA, Agente de Polícia Federal**, em 22/11/2021, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCIANO AUGUSTO, Agente de Polícia Federal**, em 23/11/2021, às 07:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO EUGENIO PINTO, Agente de Polícia Federal**, em 23/11/2021, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO GONCALVES ESTEVAM, Agente de Polícia Federal**, em 23/11/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21065131** e o código CRC **19D97D85**.